

ADMINISTRACAO GERAL/UFMG

Estudo Técnico Preliminar 10/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23072.218252/2025-10

2. Descrição da necessidade

2.1 O presente estudo tem como objetivo avaliar a opção mais eficiente e viável para que as Unidades requisitantes, com o auxílio da Central de Compras da UFMG (DLO/PRA), possam contratar os serviços de manutenção de máquinas agrícolas, com fornecimento de peças, para atender às suas necessidades operacionais e, assim, garantir que toda a comunidade possua ambientes adequados e propícios ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e lazer dentro da Universidade. Essa necessidade surgiu a partir da seguinte demanda:

2.2 A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) oferece atualmente 94 cursos de graduação presenciais, 93 programas de pós-graduação, 91 de mestrado e 69 de doutorado. Possui aproximadamente 47.233 alunos (graduação e pós-graduação) no ensino presencial, somados graduação e pós-graduação; e 7.353 servidores (magistério superior; magistério do ensino médio e tecnológico; e técnicos administrativos em educação), conforme dados divulgados pela UFMG em 24 de abril de 2024. Somam-se a este número, membros da comunidade externa, participantes das ações de extensão promovidas pela Universidade (dados do site <https://www.ufmg.br/egdi/>).

2.3 Destaca-se que a UFMG foi estruturada para atender as mais diversas demandas por meio de suas Pró-reitorias. A Pró-Reitoria de Administração (PRA) tem como atribuição proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade. Para tanto, busca assegurar o adequado funcionamento dos serviços de manutenção, limpeza, segurança, transporte, compras e comunicação, proporcionar o aumento e a adequação da estrutura física por meio da coordenação e controle de obras e reformas, realizar a gestão patrimonial e efetuar a gestão de resíduos, áreas verdes, água e esgoto, eficiência energética, fauna, pragas e insetos. Para efetuar sua missão, a PRA possui sete Departamentos que fazem a gestão em diferentes setores, dentre eles podemos destacar o Departamento de Gestão Ambiental que abriga a Divisão de Áreas Verdes (DAV) da Universidade.

2.4 A Divisão de Áreas Verdes (DAV)

2.4.1 A DAV, setor responsável pela manutenção e conservação das áreas verdes nos Campi da UFMG, conta com 04 servidores públicos efetivos, sendo 01 jardineiro, 02 técnicos em agropecuária e 01 engenheiro agrônomo. Além disso, um corpo de profissionais terceirizados foi contratado pela Universidade para a prestação de serviços continuados de manutenção de áreas verdes e outros serviços de suporte necessários à sua execução (contrato nº 345/2023, processo SEI 23072.227828/2022-89). Este contrato disponibiliza um total de 109 colaboradores, entre eles auxiliares de jardinagem, jardineiros e operadores de motosserra, divididos em várias equipes que atendem, além do Campus Pampulha, às seguintes Unidades: Centro Esportivo Universitário (CEU) e Centro de Treinamento Esportivo (CTE); Estação Ecológica da UFMG (EEco); Campus Saúde, incluindo o Hospital das Clínicas; Museu de História Natural e Jardim Botânico da UFMG (MHNJB); Escola de Arquitetura; Escola de Direito; Centro de Tecnologia em Nanomateriais e Grafeno da UFMG (CTNano); Espaço do Conhecimento e Memorial da Anistia Política do Brasil, além de outras pequenas Unidades, todas em Belo Horizonte.

2.4.2 Destaca-se que o Campus Pampulha possui uma área de aproximadamente 340 hectares, sendo parte desta coberta por uma vegetação nativa em processo de regeneração. Nesse território, 600.000 mil metros quadrados estão cobertos por áreas gramadas com finalidade paisagística e esportiva. Outras áreas de aproximadamente 45.000 metros quadrados estão cobertas por jardins, contendo diversas espécies de caráter paisagístico e ornamental. Outros 3.000 metros quadrados de jardineiras suspensas, apresentam relevante aspecto cênico, com diversas espécies com as mesmas características ornamentais.

2.4.3 Complementa estes espaços de caráter paisagístico, 25 km de aceiros que são estradas com a finalidade de acesso e proteção à área total do Campus. Além de todo esse acervo natural, o Campus é composto por mais de 7.000 árvores plantadas em suas vias, estacionamentos e bosques, com grande diversidade de espécies nativas e exóticas. Existe ainda, além desse quadro arbóreo, um relevante número de espécies ornamentais arbustivas, herbáceas e de forração.

2.4.4 Além de Unidades na capital do Estado, a DAV também atende Unidades localizadas em outros municípios, a exemplo da Fazenda Modelo da UFMG e do Laboratório de Geotecnologias e Geomateriais, ambos em Pedro Leopoldo; do Instituto Casa da

Glória, em Diamantina; Campus Cultural e Museu Padre Toledo, em Tiradentes; Instituto de Ciências Agrárias, em Montes Claros; Estação de Transmissão da Rádio UFMG Educativa, em Contagem; Hangar do Centro de Estudos Aeronáuticos, em Conselheiro Lafaiete e o Observatório Astronômico Frei Rosário, em Caeté. Parte dessas áreas estão cobertas por áreas gramadas e jardins contendo espécies de caráter paisagístico e ornamental, além de diversas árvores.

2.4.5 Dentre as principais atividades realizadas pela DAV nesses locais estão a implantação, manutenção e reformas dos jardins e jardineiras; combate a insetos e outras pragas; retirada de ervas daninhas, corte de capim e outras vegetações invasoras, corte de gramado, podas e supressões de árvores, manutenção de bosques e fragmentos florestais e plantios anuais de novas árvores. Outra atividade realizada pela DAV diz respeito à manutenção de aceiros, atividade fundamental já que os aceiros são úteis pois ajudam evitar incêndios florestais ou conter a sua propagação e ainda facilitam o acesso a brigadistas para o combate a eventuais incêndios e também facilitam a fiscalização pela Divisão de Segurança Universitária (DSU) da Universidade.

2.4.6 A equipe de arborização da DAV é a responsável pela manutenção das árvores nos Campi. Esta equipe está responsável pelos serviços de remoção de galhos secos e podas preventivas, podas para afastamento de prédios e estruturas físicas, além de supressões de árvores que representavam algum risco de queda e danos ao patrimônio material e aos usuários dos *Campi*. A equipe de arborização da DAV também atua emergencialmente na retirada de galhos e árvores caídas após intempéries, desobstruindo rapidamente vias para movimentação de veículos e pessoas, demonstrando o caráter de prestação de serviços essenciais à Universidade. Outra importante atividade praticada pela equipe de arborização da DAV, visando atender a demanda de melhoria da iluminação nos *Campi*, são os serviços de poda para desobstrução de luminárias e postes de iluminação, além de podas de afastamento de galhos que estão em contato com a rede elétrica e causam interrupções na transmissão de energia. Desse modo, aumenta-se a sensação de segurança entre os usuários e assegura-se a conservação do patrimônio público da UFMG.

2.4.7 É importante lembrar que, além da mão de obra capacitada, para que a DAV realize suas atividades, é necessário utilizar vários equipamentos específicos, tais como as máquinas agrícolas: roçadeiras, motosserras, motopodadeiras, sopradores, tratores e atomizadores. A manutenção regular nesses equipamentos é essencial devido ao uso contínuo e severo das máquinas.

2.4.8 Logo, devido ao uso frequente desses equipamentos, são necessárias manutenções periódicas para garantir o seu pleno funcionamento e assim não comprometer as atividades da DAV durante o ano.

Atualmente a DAV conta com um total de: 80 roçadeiras, 25 motosserras, 05 motopodadeiras, 01 trator MTD T 77KS de corte horizontal rotativo, 01 atomizador e 02 sopradores.

2.4.9 Destaca-se que apesar de a DAV ser responsável pela conservação e manutenção, da maioria dos espaços da UFMG, existem algumas unidades que possuem maquinário e trabalhadores próprios para executar algumas tarefas diárias que a DAV não venha a realizar, como ocorre no caso do Museu de História Natural, Fazenda Modelo de Pedro Leopoldo e Estação Ecológica.

2.5 Escola de Veterinária - Fazenda Modelo Pedro Leopoldo

2.5.1 Criada na década de 1920 pelo Governo Federal, a chamada “Fazenda Modelo” tinha o intuito de contribuir no avanço da pecuária regional. Porém, ela foi sendo gradativamente desativada e passou a alojar, a partir de 1978, o então Laboratório Nacional de Referência Animal (Lara), posteriormente denominado Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais Minas Gerais (original name) Minas Gerais (Lanagro), e atualmente nominado Laboratório Federal de Defesa Animal (LFDA).

2.5.2 A partir de 1993, seus 448 hectares voltaram a ser ocupados de forma ordenada pela Escola de Veterinária da UFMG, com o objetivo de utilização do espaço para atividades de ensino, pesquisa e extensão. Desde então, até 2014, foi proposta sua transformação em um Centro de Produção Sustentável, aberto à visitação pela comunidade. O Centro objetivou unificar ações da UFMG, em sintonia com o poder público local, para recuperar, preservar e disponibilizar o acervo histórico da Fazenda, assim como criar unidades demonstrativas de avanços tecnológicos, tendo como diretriz principal o conceito de produção sustentável, com ênfase na preservação ambiental e uso racional da terra. A partir de 2014, devido às indefinições quanto a doação definitiva da área da Fazenda Modelo, a universidade se reuniu com a Superintendência de Patrimônio da União – SPU para dialogar com o interesse na prorrogação do Termo de Sessão de Uso de 419 hectares da fazenda, cuja assinatura se deu em 17 de junho de 2019, desde então, estão sendo retomados projetos de extensão e pesquisa da Escola de Veterinária e de outras unidades da UFMG, para reestruturação da Fazenda Modelo.

2.5.3 A localização da Fazenda de Pedro Leopoldo, contígua à cidade de Pedro Leopoldo, a 35 km do setor norte da cidade de Belo Horizonte e circunvizinha a Confins, que é porta de entrada do Estado de Minas Gerais, permite vislumbrar a possibilidade real da utilização de sua área para estruturação de um potencial campus II da UFMG, além do desenvolvimento de diferentes projetos que integrem diversas unidades da universidade, e a comunidade local. Além disso, pretende-se retomar as diretrizes do Centro de Produção Sustentável, em colaboração com o setor público local, preservando o acervo histórico da fazenda.

2.5.4 Atualmente, a fazenda conta com espaços para a convivência, que permitem a realização de eventos, além de alojamentos para estudantes. Projetos de extensão em equinos e apicultura estão sendo conduzidos pela Escola de Veterinária, além de unidade experimentação em rejeitos de minério, e sistemas de medição de impedância transitória de malhas de aterramento de linhas de transmissão, pela Escola de Engenharia.

2.5.6 Paralelamente ao desenvolvimento das atividades finalísticas da UFMG, ensino, pesquisa e extensão, a fazenda de Pedro Leopoldo necessita manter um cronograma de atividades que garantam a manutenção e conservação das áreas como um todo.

2.5.7 Todos os anos a Fazenda modelo de Pedro Leopoldo lida com ocorrências de incêndios florestais em suas áreas. Nossa experiência na prevenção e combate desses incidentes nos sinalizou para aquisição de materiais e equipamentos específicos, dentre eles o soprador.

2.5.8 Além de sua funcionalidade no combate a incêndios florestais, esse equipamento é de fundamental importância nos serviços de manutenção das áreas verdes da fazenda, otimizando as operações de limpeza com menor tempo de trabalho.

2.5.9 Destaca-se que a contratação dos serviços de manutenção deste equipamento é de suma importância para a fazenda. No momento, a fazenda dispõe de apenas 01 (hum) equipamento a ser considerado no processo de contratação de serviços de manutenção, que é o Soprador BFG 600 2T, sendo que sua frequência na utilização dos serviços da fazenda, é diária.

2.5.10 Dessa forma, certos de que o equipamento deve permanecer em pleno funcionamento ao longo do ano e considerando que a fazenda não possui mão de obra técnica disponível para eventuais consertos e/ou manutenções, a presente contratação se faz mais que necessária

2.6 Conclusão Final

2.6.1 A contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva nas máquinas agrícolas da Divisão de Áreas Verdes e Escola de Veterinária incluirá o fornecimento parcelado de peças originais e genuínas. Esta exigência é necessária para garantir a qualidade das peças fornecidas e para atender à constante necessidade de manutenção dos equipamentos. Tanto as manutenções corretivas quanto as preventivas têm como objetivo principal assegurar a conservação adequada dos equipamentos, prolongando sua vida útil e otimizando a administração do patrimônio da Universidade, resultando em eficiência e economia de recursos financeiros.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Áreas Verdes	RAFAEL SANCHES PACHECO
Escola de Veterinária	AFONSO DE LIGUORI OLIVEIRA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Critérios e práticas de sustentabilidade

4.1.1 Em consulta realizada junto ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7ª edição - outubro/2024, verificou-se a existência de algumas determinações e providências a serem tomadas referentes à contratação a fim de que mitiguem os impactos negativos descritos no item 15.

4.1.2 A referida contratação poderá gerar os seguintes resíduos que podem ser prejudiciais ao ser humano e ao meio ambiente: óleos lubrificantes e outros fluidos, peças substituídas de metal, peças substituídas de plástico, dentre outros. Após análise detalhada do guia, observou-se que:

- a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.
- b) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado.
- c) São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade, outras formas vedadas pelo poder público, conforme Art. 47 da Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010.
- d) A contratada deverá atuar em conformidade com as normas ambientais federais, estaduais e/ou municipais, em atendimento ao art. 225 da Constituição Federal e ao Decreto nº 7.746/2012, que trata das contratações sustentáveis, tais como:
 - **Federal:** Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Resoluções do CONAMA, como a nº 001/1986 (avaliação de impacto ambiental) e nº 430/2011 (condições de lançamento de efluentes).
 - **Estadual (Minas Gerais):** Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 (critérios para licenciamento ambiental simplificado), Lei Estadual nº 20.922/2013 (política florestal e proteção da vegetação nativa).
 - **Municipal (Belo Horizonte):** Lei nº 8.260/2001 (Política Municipal de Meio Ambiente), Decreto nº 14.060/2010 (regulamenta o licenciamento ambiental municipal).

4.1.3 Além dos requisitos acima, a contratada deverá sempre que possível:

- a) Priorizar o uso de recursos locais na execução dos serviços;
- b) Cumprir integralmente as normativas legais relacionadas à proteção ambiental, em todos os níveis governamentais;
- c) Utilizar, biocombustíveis e materiais reciclados, reutilizados e/ou biodegradáveis;
- d) Substituir materiais que possam causar contaminação do solo, água ou vegetação;
- e) Exigir manutenção que reduza consumo de combustível, maximize eficiência operacional, e priorize máquinas com menor emissão de gases e ruídos;
- f) Treinar seus próprios operadores sobre manejo sustentável e descarte correto de resíduos;
- g) Recolher e destinar corretamente óleos, filtros, peças e baterias substituídas, com comprovação documental da destinação desses resíduos;
- h) Identificar impactos ambientais (emissões, ruídos, vibrações, resíduos) e adotar medidas mitigadoras;
- i) Reduzir danos ao solo, água e vegetação.

4.1.4 Visando à efetiva aplicação de critérios ambientais e socioambientais nas licitações promovidas pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 6º da Instrução Normativa nº 1 /2010 da SLTI/MPOG, quando da aquisição de bens, deverão ser observados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

- a) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos; e
- b) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.
- c) Fornecer equipamentos de segurança adequados aos funcionários, conforme exigido pela legislação vigente.

4.1.5 Com base no Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes gerais de sustentabilidade observadas neste termo:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.2 Informações gerais:

4.2.1 Cada grupo será composto por 1(um) item destinado a reserva orçamentária para gasto com peças, 1(um) item destinado ao serviço de manutenção mensurado por horas e 1 (um) item para aferição do desconto a ser aplicado nas peças das montadoras, conforme exemplo abaixo:

4.2.2 Tabela fictícia para fins de exemplificação

Grupo 1 - Roçadeiras Stihl					
Item	Descrição	Unidade	Qtd	Valor unit.	Valor Total
1	Peças diversas para roçadeiras marca Stihl (ITEM NÃO DISPUTÁVEL) Reserva orçamentária.	unidade	500	R\$ 1,00	R\$500,00
2		Horas	10	R\$ 45,00	R\$ 450,00

	Roçadeiras marca Stihl - Serviço de manutenção preventiva e corretiva.				
3	Peças diversas - Maior percentual de desconto a ser praticado sobre os preços das peças.	%	1	R\$ 100,00	*R\$100,00
Valor Total estimado grupo 1					R\$ 1.050,00
**No item 3 o percentual mínimo de desconto será de 5%, sendo portanto, o valor total máximo do item 3 será: R\$ 95,00					

4.2.3 Conforme tabela acima, cada grupo será formado por três itens. Cada item possui critérios de julgamento distintos, sendo:

4.2.3.1 Item 1: Peças diversas, pelo critério *menor preço*. Item **NÃO DISPUTÁVEL**.

4.2.3.1.1 Conforme exemplo acima, o item 1 não é objeto de disputa, sendo destinado a reserva orçamentária. Logo, todos os licitantes deverão cadastrar o mesmo valor de proposta orçado pela Administração: R\$ 1,00 (dados fictícios).

4.2.3.2 Item 2: Serviço de manutenção, pelo critério *menor preço*.

4.2.3.2.1 Esse item é disputável, portanto os licitantes deverão cadastrar as propostas normalmente no sistema.

4.2.3.3 Item 3: Peças diversas, pelo critério *maior desconto*.

4.2.3.3.1 Esse item é disputável, portanto os licitantes deverão cadastrar as propostas em percentual de desconto normalmente no sistema.

4.2.3.3.2 Conforme exemplo acima, para o item 3, o percentual mínimo de desconto a ser ofertado será de 5%, sendo, portanto, o valor total máximo do referido item será: R\$ 95,00(dados fictícios para fins de exemplificação).

4.2.3.3.3 Quando cadastrar o lance no sistema, o licitante deverá ofertar no mínimo 5% de desconto que será aplicado a peça solicitada pela contratada.

4.2.3.3.4 Como exemplo para o item 3 do Grupo 1, considerando dados FICTÍCIOS de R\$ 100,00 no sistema Compras.GOV, se uma empresa oferecer um DESCONTO de 10%, o valor final do item será de R\$ 90,00. (R\$ 100,00 - 10% = R\$ 90,00)

4.2.3.3.5 Logo, o percentual de desconto a ser aplicado sobre o valor da peça solicitada será de 10%, ou seja, se a peça custa R\$ 250,00, a empresa deverá vendê-lo à UFMG por R\$ 225,00 (concessão de 10% de desconto sobre R\$ 250,00). (Dados fictícios para fins de exemplificação).

4.2.3.3.6 Atenção: o valor de R\$ 100,00 mencionado no sistema Compras.GOV é FICTÍCIO e serve apenas para aferir o maior desconto.

4.2.3.3.7 Os valores iniciais das peças serão aqueles orçados pela Administração, conforme anexo do Edital.

4.2.3.3.8 A participação no certame implica na aceitação dos valores das peças orçados pela Administração. Logo, o licitante não deverá encaminhar propostas para as peças listadas no anexo do termo de referência.

4.2.3.3.9 O desconto auferido incidirá sobre os valores mencionados no item anterior.

4.2.4 A aquisição deverá ser realizada com base no MENOR PREÇO POR GRUPO, obtido por meio do MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO e MENOR PREÇO aplicado aos itens DISPUTÁVEIS, conforme anexo I.

4.2.5 Os itens 1, 4, 7, 10, 13, 16, 19, 22, 25 e 28 serão cadastrados no sistema com o critério de julgamento menor preço. Esses itens **NÃO SÃO DISPUTÁVEIS**, ou seja, não devem receber lances, uma vez que serão utilizados exclusivamente para RESERVA ORÇAMENTÁRIA.

4.2.5.1 Para operacionalização do sistema. Tendo em vista que os itens **NÃO DISPUTÁVEIS** serão cadastrados com o critério de julgamento menor preço, o licitante deverá registrar no sistema o lance com valor igual ao estimado pela Administração, ou seja R\$ 1,00 (hum real), **conforme tabela de itens no ANEXO I**.

4.2.5.2 A oferta de lances para os itens **NÃO DISPUTÁVEIS**, cujo valor seja inferior ao orçado pela Administração, ensejará a desclassificação da empresa licitante, uma vez que estes itens servirão exclusivamente para **RESERVA ORÇAMENTÁRIA**.

4.2.6 Os lances devem ser ofertados somente para os itens **DISPUTÁVEIS**, sendo os itens 2, 5, 8, 11, 14, 17, 20, 23, 26 e 29 julgados pelo critério menor preço, e os itens 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 24, 27 e 30 julgados pelo critério do maior desconto.

4.2.6.1 Para os itens cujo critério seja o maior desconto, não serão aceitas ofertas com percentual inferior ao previsto pela contratante, conforme pesquisas de preços realizadas neste estudo.

4.2.6.2. Os percentuais mínimos estão definidos no ANEXO I.

4.2.6.3 A porcentagem do desconto será válida para todo o período contratado.

4.2.7 A contratada deverá prestar o serviço, objeto desta contratação, de acordo com especificações e quantitativos descritos no Termo de Referência e Edital.

4.2.8 A prestação dos serviços será realizada na sede da contratada. O contato das Unidades demandantes está descrito, conforme Anexo III do Termo de Referência;

4.2.9 Os itens deverão ser entregues de acordo com a solicitação feita pela UFMG ou suas Unidades Acadêmicas e/ou Administrativas vinculadas a esta contratação, conforme quantitativos mínimos, caso existam, estabelecidos na planilha anexa ao Edital.

4.2.10 Durante a execução do serviço, a contratada é obrigada a prestar informações sobre seu andamento. Caso ocorra imprevistos, a contratada deverá notificar de imediato ao responsável pela requisição sobre o fato, e informar as medidas que serão tomadas visando à normalização das entregas;

4.2.11 A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.2.12 A contratada deverá substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.2.13 A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, que sejam exigidas no Termo de Referência;

4.2.14 Com amparo no Art. 95, II da Lei 14.133/21, será adotada a nota de empenho em substituição ao termo de contrato, uma vez que o objeto contempla a entrega imediata e integral dos bens e a contratada não estará vinculada à prestação de obrigações futuras, a não ser aquelas decorrentes da garantia legal;

4.2.15 O prazo de vigência da Ata é de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021, desde que comprovado o preço vantajoso da Ata.

4.2.15.1 Durante a prorrogação de que trata o item anterior, haverá possibilidade da renovação dos quantitativos, conforme comunicado nº40/2025.

4.3 Requisitos de aceitação

4.3.1 Em caso de divergência entre a descrição dos itens e o descrito na CATMAT, deverá prevalecer a descrição detalhada dos itens, conforme planilha anexa ao Edital;

4.3.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.3.3 Para fins da comprovação, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

4.3.4 Contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 10% (dez por cento) sobre o quantitativo total do item referente a manutenção preventiva e corretiva.

4.3.5 Todas as peças a serem utilizadas nas manutenções dos maquinários deverão ser originais e genuínas.

5. Justificativas da contratação

5.1 Da caracterização do objeto como serviços comuns

Os serviços a serem contratados se enquadram como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

5.2 Da não utilização de Catálogo Eletrônico Padronizado

A Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, em atendimento ao disposto no inciso II, do art. 19, da Lei nº 14.133/2021, instituiu o Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras no âmbito da Administração Pública Federal. Diante disso, na fase de planejamento, o catálogo deverá ser consultado para verificar se a contratação almejada está contemplada em seus termos. Em existindo padronização aprovada, ela deve ser considerada e eventual não-uso, justificado nos autos.

Na listagem de itens objeto deste certame, não há nenhum material/serviço que conste no rol de itens padronizados, conforme se verifica no Portal Nacional de Contratações Públicas, por meio do link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>.

5.3 Da não exigência de garantia

Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos *artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021*, tendo em vista que as características do objeto não necessitam dessa imposição. Segundo o art. 96 da Lei nº 14.133/2021: "A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos".

Contudo, antes de estabelecer no edital e demais instrumentos contratuais a exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar a sua vantajosidade frente ao encarecimento do objeto, quando aplicada. Sob esse aspecto, cabe esclarecer que o objeto do presente estudo se refere à aquisição de materiais de uso comum, não caracterizando bens de alta complexidade ou alta tecnologia.

Em relação à garantia, ao mesmo tempo em que representa segurança, no que se refere à boa execução do contrato; por outro lado, resulta, como regra, no encarecimento da contratação. Portanto, deve-se analisar, caso a caso, de acordo com suas especificidades, a exigência ou não de garantia. Se de um lado, por meio da exigência, a Administração Pública assegura as obrigações assumidas por terceiros, noutro, onera as propostas apresentadas e restringe a competição. Portanto, a garantia pode adicionar despesas aos licitantes, com potencial, inclusive, para limitar o universo de interessados. Além disso, poder representar custos à Administração, já que os valores adicionados pelos fornecedores seriam repassados ao contratante.

Dessa forma, valendo-se da discricionariedade da Administração, decidiu-se pela não exigência da garantia contratual, considerando que a aquisição contempla bens comuns e de baixa complexidade. No mesmo sentido, essa medida colabora para resguardar os princípios da economicidade e da competitividade.

5.4 Do Plano de Logística Sustentável

Não é possível atestar que a contratação está de acordo com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFMG, pois este ainda não foi finalizado e encontra-se em fase de elaboração. Ressalta-se, que já há uma comissão formalmente designada, conforme disposto na Portaria nº 11.444, de 13 de novembro de 2025 (doc. SEI 4736635), vinculada ao processo nº 23072.270280/2025-30. Contudo, de acordo com o presente estudo, a contratação ora pretendida está alinhada com os critérios legais de sustentabilidade adotados pela autarquia.

5.5 Da não aplicação da reserva de cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte não será aplicada. Para motivar a não aplicação dessa medida, utiliza-se a própria orientação constante do modelo de Termo de Referência elaborado pela AGU. A Nota Explicativa do modelo esclarece que existe a possibilidade de não utilização da reserva de cotas nas hipóteses do art. 10, incisos I, II e IV do Decreto nº 8.538/2015, transcritos a seguir:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas [...] capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

[...]

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Ainda de acordo com o art. 10, parágrafo único, considera-se "não vantajosa a contratação" quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

Inicialmente, é importante contextualizar que com a reestruturação ocorrida em 2022, em atendimento à Portaria nº 13.623/19, a UFMG passou de 42 UASG compradoras para apenas 06, sendo elas: Central de Compras do DLO, Campus Saúde, Campus Montes Claros, Obras e Manutenção (DEMAI) e Tecnologia da Informação (TI). Contudo, as demais UASG pagadoras permanecem com sua autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Sob essa configuração, o objetivo principal da centralização do processo licitatório é o de obter maior economia de escala e padronização dos itens adquiridos pela Universidade.

Nessa perspectiva, a Central de Compras (DLO) é responsável pela aquisição centralizada materiais, equipamentos e serviços comuns. Assim, nos casos em que a contratação é realizada pelo sistema de registro de preços, essa central atua como órgão gerenciador, responsável pela futura ata de registro de preços, e as demais UASGs pertencentes a UFMG são apenas participantes do certame. Dessa forma, o quantitativo total de cada item desse processo contempla o somatório das quantidades de todas as unidades participantes do Sistema de Registro de Preços. Sob esse cenário, seria inviável a destinação de até 25% de cada item para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, devido a dificuldades decorrentes do gerenciamento desse parcelamento em cada unidade participante, bem como do grande número de fornecedores a serem contratados.

Ademais, destaca-se que o sistema do COMPRASNET não está habilitado para aplicação do benefício do inciso III, do art. 48 do Decreto 8.538/15. Logo para operacionalizar a concessão e cota preferencial de até 25% para ME/EPP, conforme sugerido pelo MGI no portal de compras, é necessário que seja criado dois itens distintos para lançamento da IRP, conforme se extrai da orientação:

[...]

Cota reservada: Passa a ser obrigatória sua aplicação, para bens de natureza divisível, no limite de até 25% do objeto licitado. Para licitações que tenham por finalidade o Sistema de Registro de Preço, a orientação é que os órgãos criem dois itens ao cadastrar a licitação: 1º) o da cota reservada (exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte); 2º) o destinado à ampla concorrência, em decorrência de o Sistema Comprasnet encontrar-se em fase de atualização.

Caso ocorra a hipótese de não haver vencedor para o item com cota reservada, o órgão deverá encaminhar ofício ao Ministério do Planejamento solicitando a abertura de demanda para fins de alteração do quantitativo fornecedor da ampla concorrência. Ou seja, o edital deve ter a previsão descrita na norma e o pregoeiro, durante a sessão pública ao constatar a situação deverá, inicialmente, verificar se o fornecedor aceita o aumento do quantitativo nos mesmos preços e na forma descrita no Decreto, formalizando toda a conversa no chat do sistema. Posteriormente, encaminhar as informações relativas a UASG, o número da licitação, o quantitativo deve ser alterado, o novo quantitativo, o CNPJ e a razão social do fornecedor que receberá esse quantitativo. Base legal: art. 8º do Decreto nº 8.538/2015.

[...]

Conforme recomendado, caso não haja vencedor para o item com cota reservada, o fornecedor da ampla concorrência deverá ser consultado sobre a aceitabilidade dos mesmos preços, na forma prescrita pelo Decreto nº 8.538/2015. Contudo, em caso de recusa do fornecedor, o item restará fracassado e a necessidade daquela Unidade solicitante não será atendida. Além dos transtornos advindos da falta do material/serviço, essa situação poderia resultar em novo processo de contratação, tendo em vista a essencialidade do bem às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, com fulcro no art. 10, inciso II do Decreto nº 8.538/2015, justifica-se a não utilização da cota de reserva de 25% para esse processo centralizado de aquisição. Isso porque, a fixação de cotas para a presente contratação representa riscos ao alcance dos objetivos pretendidos, especialmente no que tange à obtenção de ganhos em escala. A redução do potencial ganho de escala na comercialização dos itens desse certame pode trazer impactos negativos ao preço final do processo, o que vai de encontro a um dos principais objetivos das licitações conduzidas pela Central de Compras do DLO, que é reduzir o preço dos bens contratados em função do ganho de escala por meio de compras centralizada em nome das unidades demandantes da UFMG. Além disso, espera-se que a empresa vencedora tenha estrutura para fornecer o volume necessário de itens ao longo da vigência da ata.

5.6 Da não exigência de habilitação econômico financeira

De acordo com o art. 70, inciso III da lei 14.133/24, a qualificação econômico-financeira pode ser dispensada total ou parcialmente no caso das contratações cuja entrega seja imediata. Logo, tendo em vista que o objeto em estudo contempla a entrega imediata dos bens, não haverá exigência de habilitação econômico-financeira.

5.7 Da exigência de qualificação técnica

Conforme mencionado nas Notas Explicativas 2 e 5 do modelo de Termo de Referência Compras Lei 14.133/2021 (Abr/2025), disponível no portal da AGU:

Nota Explicativa 2: O art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, **não estabelece exigências** de qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional para o caso de contratações cujo objeto seja a aquisição de bens, tratando o dispositivo legal apenas das exigências pertinentes às obras e serviços. Nada obstante, entende-se ser juridicamente possível que a Administração

formule exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, com fundamento no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, caso verifique que a medida é indispensável à garantia do cumprimento das obrigações pertinentes à execução do objeto. Para tanto, recomenda-se que a Administração se utilize da interpretação extensiva das regras, limites e princípios que incidem em relação à prova de qualificação técnica dos licitantes na contratação de serviços, observadas as peculiaridades das compras em cada caso concreto.

Nota Explicativa 5: *As exigências habilitatórias não podem ultrapassar os limites da razoabilidade, além de não ser permitido o estabelecimento de cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo. Devem restringir-se apenas ao necessário para o cumprimento do objeto licitado. A documentação exigida e permitida quanto à qualificação técnica está elencada no art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021.*

A exigência de atestado de capacidade técnica não é imperativa para a aquisição de bens na Administração Pública. Contudo, caso a natureza do objeto torne indispensável a solicitação desses atestados, o gestor público poderá determiná-los, conforme o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988.

Considerando a natureza da presente contratação, identificou-se a necessidade de exigências de qualificação técnica, em conformidade com as orientações descritas no modelo de Termo de Referência para Compras Lei 14.133/2021, atualizado em abril de 2025.

Tal exigência é justificada pelo alto padrão de qualidade requerido na execução dos serviços, apesar de sua classificação como serviço comum. A especialidade dos serviços demanda experiência consolidada por parte da CONTRATADA. Esta exigência visa garantir a contratação em condições seguras e favoráveis à UFMG, considerando a natureza técnica dos serviços prestados.

Logo para fins de qualificação técnica será exigido que a empresa comprove 10 % (dez por cento) do quantitativo referente ao item de manutenção preventiva e corretiva relativo ao grupo que der lance.

5.8 Da exigência de peças originais e genuínas:

A exigência de peças originais e genuínas é justificada pela garantia de qualidade, desempenho, eficiência e durabilidade desses componentes, os quais possuem certificações e especificações recomendadas pelo fabricante. A utilização de peças originais e genuínas evita a substituição por peças paralelas, de procedência duvidosa e sem certificação, o que poderia comprometer o desempenho do equipamento e sua vida útil, além de aumentar os custos de manutenção. Portanto, a exigência de peças originais e genuínas é essencial para garantir a eficácia e segurança das operações de manutenção dos maquinários da UFMG.

5.9 Do índice de reajuste adotado

O reajuste de preços pode se dar por índices gerais, específicos ou setoriais, a depender do objeto da contratação. Considerando que a referida contratação possui como objeto a aquisição de insumos diversos, não se restringe a especificar um índice setorial ou específico. Logo, o **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** se mostra mais adequado para equilibrar as variações de custos, dado seu caráter geral. Ademais, o referido índice possui ampla utilização na Administração Pública Federal para contratações similares. Assim, adota-se o IPCA como índice de reajustamento para a referida contratação.

5.10 Da viabilidade jurídica da terceirização

Os serviços sob análise se fundamentam em atividades auxiliares, instrumentais e acessórias e, portanto, não se enquadram nas alíneas do art. 3º, do decreto 9.507/2018. Logo, o objeto da referida licitação não engloba serviços que envolvam tomada de decisão ou posicionamento institucional, como nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; considerados estratégicos para a entidade. Sendo assim, a referida terceirização não coloca em risco o controle de processos, de conhecimentos e tecnologias na UFMG. Portanto, a referida terceirização é viável e necessária para fomentar as atividades finalísticas da UFMG.

5.11 Exigência de a empresa ser sediada em Belo Horizonte

De acordo o § 2º do art. 47 da lei 14.133/21, nas licitações que tratam de serviços de manutenção e assistência técnica, é admitida a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da administração. Logo, para a presente contratação, as empresas devem estar sediadas e/ ou possuir filial, ou posto de atendimento em Belo Horizonte ou região metropolitana, em até 40 km de distância do Campus Pampulha, o que deverá ser comprovado conforme termo referência.

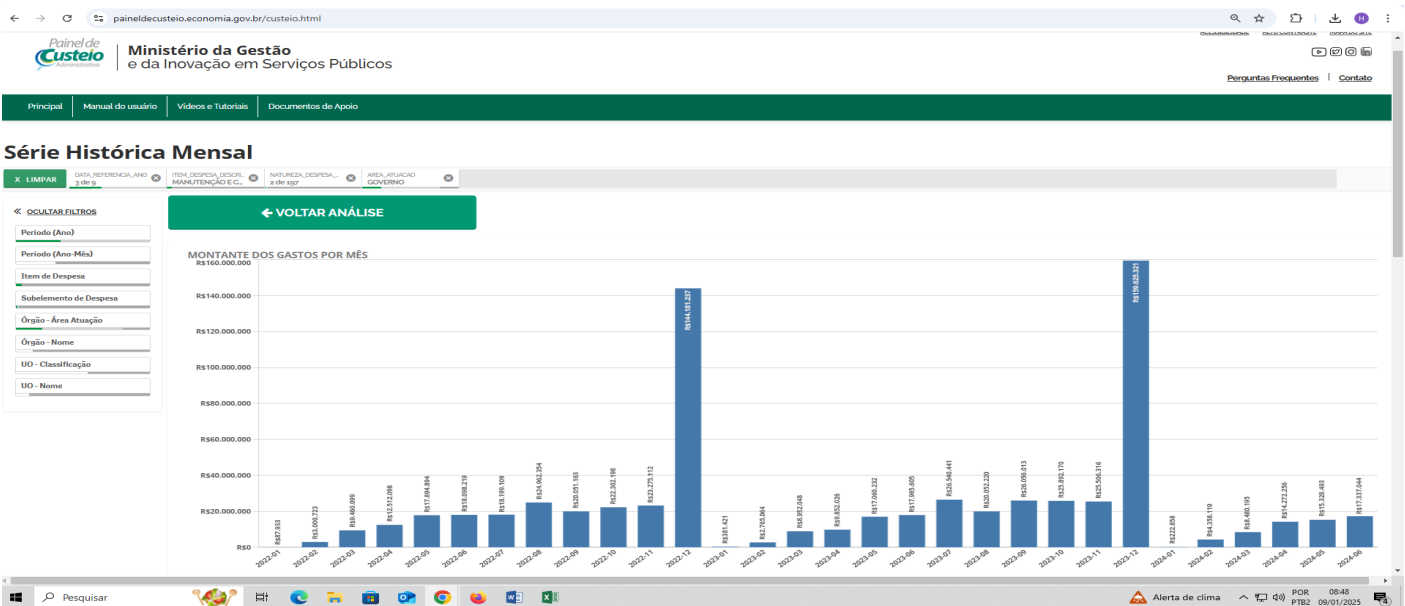
Essa exigência se justifica pela logística de entrega e retirada dos equipamentos na oficina da CONTRATADA para a realização da manutenção. A localização da contratada é um fator primordial nesse tipo de serviço. Empresas geograficamente distantes podem inviabilizar a execução contratual, considerando o tempo e o custo necessário para o transporte de maquinários e equipamentos, especialmente os de grande porte.

Assim, as empresas contratadas poderão oferecer um suporte mais ágil em casos de emergências, visitas técnicas, manutenções ou outros serviços que exijam deslocamento presencial. Logo, a presença de uma estrutura física na cidade ou região metropolitana facilita a movimentação dos equipamentos e a supervisão dos serviços, além de reduzir os custos com deslocamento da CONTRATANTE, garantindo assim melhores resultados para a UFMG.

6. Levantamento de Mercado

Esse estudo visa analisar e escolher a solução que melhor responde às necessidades desta Universidade, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos serviços a serem prestados. Sob essa perspectiva, o levantamento de mercado consiste na pesquisa e exploração de diferentes tipos de opções para a necessidade. A seguir, são apresentadas as vantagens e desvantagens das possíveis alternativas de mercado para o serviço de manutenção de máquinas agrícolas.

Em consulta ao Painel de Custeio Administrativo referente ao ano de 2022, 2023 e 2024, verificou-se que foram gastos um total de R\$714.672,981 em "Manutenção e Conservação de Equipamentos", conforme apresenta o gráfico de comportamento mensal de volume de gastos a seguir:



Além disso, foi realizado levantamento no Painel de Preços abrangendo os anos de 2024 e 2025. Destaca-se que foram identificados vários processos de compras (pregão eletrônico) relacionados à prestação de serviços de manutenção de máquinas e equipamentos com fornecimento de peças por outros entes públicos. Desse modo, o mercado demonstra capacidade em encontrar contratações semelhantes àquela que se pretende realizar neste processo licitatório, conforme se extrai da imagem abaixo:

Opções	Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATSI	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Quantidade ofertada	Valor unitário	Fornecedor	Órgão	UASG - Unidade Gestora	Data de Compra
	90010/2025	00013	Dispensa de Licitação	20109	MANUTENCAO MAQUINA AGRICOLA	UNIDADE	4	R\$ 323,30	AER SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160147 - 47 BATALHAO E INFANTARIA - MEVIMS	01/04/2025
	90010/2025	00011	Dispensa de Licitação	20109	MANUTENCAO MAQUINA AGRICOLA	UNIDADE	4	R\$ 404,60	AER SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160147 - 47 BATALHAO E INFANTARIA - MEVIMS	01/04/2025
	90010/2025	00010	Dispensa de Licitação	20109	MANUTENCAO MAQUINA AGRICOLA	UNIDADE	4	R\$ 417,70	AER SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160147 - 47 BATALHAO E INFANTARIA - MEVIMS	01/04/2025
	90010/2025	00003	Dispensa de Licitação	20109	MANUTENCAO MAQUINA AGRICOLA	UNIDADE	4	R\$ 457,00	AER SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160147 - 47 BATALHAO E INFANTARIA - MEVIMS	01/04/2025
	90010/2025	00001	Dispensa de Licitação	20109	MANUTENCAO MAQUINA AGRICOLA	UNIDADE	4	R\$ 522,50	AER SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160147 - 47 BATALHAO E INFANTARIA - MEVIMS	01/04/2025
	90010/2025	00014	Dispensa de Licitação	20109	MANUTENCAO MAQUINA AGRICOLA	UNIDADE	4	R\$ 737,20	AER SOLUCOES E NEGOCIOS LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160147 - 47 BATALHAO E INFANTARIA - MEVIMS	01/04/2025
	90005/2024	00002	Dispensa de Licitação	20109	MANUTENCAO MAQUINA AGRICOLA	UN	1	R\$ 1.014,00	CB AGROFLORESTAL COM. IMP. EXP. LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160259 - 1 GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAEREA/RJ	03/10/2024
	90005/2024	00001	Dispensa de Licitação	20109	MANUTENCAO MAQUINA AGRICOLA	UN	1	R\$ 1.220,00	CB AGROFLORESTAL COM. IMP. EXP. LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160259 - 1 GRUPO DE ARTILHARIA ANTIAEREA/RJ	03/10/2024

Os dados obtidos demonstram a capacidade do mercado em atender satisfatoriamente e sem grande dificuldade às necessidades da Administração Pública. No entanto, este estudo não se limita apenas ao levantamento de mercado, mas também, considera outras possibilidades que possam atender às demandas da área requisitante. Destaca-se que durante o levantamento foi possível identificar diferentes soluções para a necessidade apresentada. A seguir, são apresentadas as vantagens e desvantagens das possíveis alternativas de mercado para o serviço de manutenção preventiva, corretiva e fornecimento de peças de máquinas agrícolas.

6.1 SOLUÇÃO 1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM FORNECIMENTO DE POSTOS DE TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

Contratação de uma empresa especializada para fornecer postos de trabalho alocados especificamente para realizar as manutenções preventivas e corretivas no maquinário agrícola da DAV e Escola de Veterinária. Os profissionais são contratados pela empresa, mas trabalham integralmente na UFMG.

Pontos Positivos:

Profissionais Dedicados, Flexibilidade na Escala e Qualidade Controlada: Como os profissionais são contratados para atuar exclusivamente na UFMG, o serviço pode ser mais rápido, focado e eficiente na entrega das demandas apresentadas pela DAV e Escola de Veterinária. Destaca-se que a UFMG pode ajustar a quantidade de postos de trabalho, conforme a demanda aumentar ou diminuir até o limite de acréscimo e/ou supressão permitido pela legislação. Ademais, empresas especializadas garantem a seleção de profissionais qualificados, adequados às exigências técnicas do edital de licitação.

Pontos Negativos:

Demanda variada e custo elevado: Os serviços de manutenção de máquinas agrícolas não possuem características de serviço continuado, podendo haver variações de volume de trabalho ao longo dos meses, o que pode acarretar em ociosidade dos postos. Levando em consideração que a demanda é esporádica, manter esses postos pode representar um custo elevado para a Administração.

6.2 SOLUÇÃO 2: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS SOB DEMANDA

Contratação de uma empresa que presta serviços de manutenção de máquinas agrícolas sob demanda. O serviço é aferido por preço unitário de unidade de medida, sendo devido pela Administração o valor final do serviço executado.

Pontos Positivos:

- **Flexibilidade e pagamento proporcional ao uso:** O formato de contratação é ideal para demandas variáveis, onde é possível contratar somente quando necessário. O pagamento é feito de acordo com o volume de serviço realizado, o que pode ser mais econômico em comparação com postos de trabalho fixos.

Pontos Negativos:

- **Dependência de terceiros e problemas de comunicação e execução contratual:** Em caso de alta demanda ou falha na prestação do serviço, pode haver dificuldades no atendimento imediato. A comunicação entre a instituição e a empresa pode ser mais complexa em um modelo sob demanda, especialmente se há muitos intermediários. Isso pode tornar o atendimento às demandas e a resolução de problemas contratuais mais lentos.

6.3 Justificativa da solução adotada

No contexto da UFMG, a contratação de uma empresa para fornecer postos de trabalho para realizar manutenções preventivas e corretivas no maquinário da DAV e Escola de Veterinária, conforme proposta na Solução 1, se mostra uma opção dispendiosa. Devido à demanda esporádica e sazonal, manter postos de trabalho nas dependências da UFMG para realizar esse tipo de serviço resultaria em períodos de ociosidade, tornando o pagamento fixo por esses postos financeiramente desfavorável, já que o serviço não é contínuo.

Assim, dado o cenário da UFMG, a opção eleita foi a Solução 2, uma vez que demonstrou o maior número de benefícios e o menor número de inconvenientes, quando comparada à Solução 1. Especialmente pelo fato de os serviços de manutenção de máquinas agrícolas serem esporádicos e sem um quantitativo exato definido para execução. Além disso, a compra será processada por meio de Sistema de Registro de Preços, para possibilitar a entrega parcelada dos bens.

Quanto à aquisição deste tipo de serviço pela Administração Pública, de forma geral, foram identificados os seguintes aspectos:

- a. O objeto demandado possui contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha ao mercado;
- b. O SRP é uma alternativa viável e bem conhecida entre as empresas do ramo;
- c. Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

- d. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa; e
- e. Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, em atendimento aos requisitos estabelecidos nesse documento.

Em relação à opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), é importante ressaltar que esse é o procedimento recomendado pela Lei 14.133/2021 para aquisição de bens e serviços comuns. O SRP foi regulamentado pelo Decreto nº 11.462, de 31/03/2023, que em seu art. 3º, estabelece as situações que justificam sua adoção:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração

Considerando as próprias características da prestação dos serviços em estudo, constata-se a impossibilidade de se definir, previamente, o quantitativo a ser contratado pela Administração. Além disso, como se trata de uma aquisição centralizada, que tem por escopo o atendimento às diversas UASG que compõem a estrutura da Universidade, seria difícil estabelecer antecipadamente as quantidades a serem demandadas para o ano, já que cada unidade possui características distintas.

Em paralelo, a aquisição via Pregão Eletrônico por meio de SRP possibilita algumas vantagens, como:

- Viabiliza a eficiência administrativa, promovendo a diminuição do número de licitações e reduz os custos operacionais durante o exercício financeiro;
- O fornecimento do objeto ocorre somente quando surgir a necessidade em adquirir os bens/serviços registrados em Ata;
- Não obrigatoriedade em adquirir todos itens registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais, valorizando o princípio do interesse público; e
- As dotações orçamentárias são indispensáveis somente no momento da contratação.

Diante do exposto, e com fundamento nos incisos III e V do art. 3º, do Decreto nº 11.462/2023, constata-se que a contratação via Pregão Eletrônico por meio de Sistema de Registro de Preços representa a opção mais viável à realidade institucional.

7. Descrição da solução como um todo

A solução abrange a contratação de serviços de manutenção de máquinas agrícolas, conforme especificações, código CATMAT /CATSER e quantitativo estimado dos itens apresentados na planilha do ANEXO I.

Essa contratação será realizada pela Central de Compras do Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais da UFMG de forma centralizada, tendo em vista que engloba elementos e soluções padronizadas institucionalmente.

É importante esclarecer que, a partir da centralização das compras ocorrida em 2022, a Central de Compras do DLO é responsável por conduzir o processo de contratação, bem como prestar auxílio às demais UASGs (pagadoras) quanto às suas respectivas competências dentro do processo. Para compilar as demandas das unidades e viabilizar as aquisições, essa central conta com o apoio das Equipes de Planejamento da Contratação, que são designadas de acordo com o objeto da licitação. O DLO, por sua vez, coordena todo esse trabalho até a homologação do pregão e atua como órgão gerenciador da futura ata de Registro de Preços.

Considerando que as unidades acadêmicas e administrativas da instituição são independentes e gestoras do próprio recurso, optou-se pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para propiciar o empenhamento dos itens de forma parcelada, de acordo com a necessidade e disponibilidade orçamentária de cada unidade participante.

Sob esse formato, o presente estudo contempla as demandas das unidades solicitantes (Divisão de Áreas Verdes - DAV) e Fazenda Modelo da Escola de Veterinária), além das unidades que compõem a Administração Geral e não possuem UASG própria, ou seja, aquelas vinculadas à UASG 153254: AUD, CAC, DCF, DGA, DRCA, DIARC, DAI, COPI, DRI, IEAT, GAB-REI NAI, PJ, PRA, PRAE, PRORH (DAST e DP), PROPLAN.

Em paralelo, de forma autônoma e independente, cada Unidade Gestora participante da IRP definirá seu quantitativo e apresentará as devidas justificativas, conforme sua conveniência e oportunidade. Assim, todas as unidades participantes pertencentes à UGMG deverão preencher o Formulário de Participação em IRP, que deverá conter, pelo menos:

- Justificativa da necessidade de aquisição;
- Justificativa dos quantitativos solicitados;
- Dados do Planejamento da Contratação - Informações lançadas no Plano de Contratações Anual (PCA);
- Endereço e Local de entrega;
- Responsável pelo recebimento e fiscalização;
- Nome do Agente de Compras da Unidade.

É importante ressaltar, ainda, que cada unidade deverá realizar seu próprio estudo em seus processos internos, conforme a realidade local, e encaminhar o ETP e o Mapa de Riscos para a Central de Compras do DLO, como condição para a participação na IRP.

Dito isso, a presente contratação deverá seguir o seguinte **modelo de execução**:

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva devem ser realizados na oficina da CONTRATADA.

A CONTRATANTE será responsável pela entrega e retirada do equipamento na oficina da CONTRATADA para realização da manutenção.

A CONTRATADA deverá designar preposto que será responsável por todas as demandas e comunicação entre as partes.

Os contatos deverão ser realizados com o servidor responsável: Rafael Sanches Pacheco, de segunda a sexta-feira, de 07:00 às 16:00 por meio do telefone:(31) 3409-4278 ou por meio do endereço eletrônico: daverdes@dga.ufmg.br

A entrega dos equipamentos será realizada mediante termo de entrega, incluindo dados como marca, modelo, ano de fabricação, número de série e patrimônio, além de um breve resumo dos problemas apresentados.

Após o recebimento do equipamento para manutenção, a CONTRATADA deverá elaborar um Laudo de Manutenção detalhando os serviços a serem realizados e as peças a serem substituídas, conforme anexo do termo de referência.

O Laudo de Manutenção deve ser enviado por e-mail para a Divisão de Áreas Verdes da UFMG, no endereço eletrônico daverdes@dga.ufmg.br, dentro de 02 dias úteis após o recebimento do equipamento, para cada conjunto de no máximo 06 máquinas.

O prazo máximo para execução dos serviços de manutenção será de 05 dias úteis após a autorização formal da Divisão de Áreas Verdes da UFMG, para cada conjunto de no máximo 06 máquinas.

Os serviços e peças fornecidos terão garantia mínima de 90 dias, contados da aceitação definitiva. Durante este período, a assistência técnica deverá ser prestada pela CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá providenciar a assinatura do termo de garantia (ANEXO II) e encaminhar à UFMG assim que o bem for entregue.

Durante a execução dos serviços, a Divisão de Áreas Verdes da UFMG poderá realizar fiscalizações para garantir a qualidade e conformidade dos procedimentos realizados.

Todas as peças, acessórios e componentes utilizados nos reparos devem ser originais e genuínas, conforme indicação do fabricante do equipamento.

Após a execução dos serviços, a Divisão de Áreas Verdes da UFMG poderá realizar avaliações adicionais para verificar a qualidade dos materiais e procedimentos adotados.

A empresa contratada deve prestar os serviços dentro dos prazos estipulados e seguir as rotinas estabelecidas pela UFMG.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades dos itens a serem adquiridos foi realizada pelas unidades requisitantes, em consonância com o Plano Anual de Contratações – PAC/PFC 2025, além de levantamento estatístico de aquisições habituais em contratações anteriores.

Assim, os solicitantes consideraram as contratações anteriores e a previsão para o ano vigente, a partir de informações repassadas pelos responsáveis e gestores que acompanham as atividades rotineiras das unidades, identificando as necessidades, além de considerar o orçamento disponibilizado para a UG.

Ressalta-se que a presente contratação será realizada por tipo de equipamento, marca e modelo. Logo serão licitados 10 (dez) grupos e cada grupo conterá 03 (três) itens, a saber:

- a) 1º - Manutenção corretiva e preventiva, mensurado por horas.
- b) 2º - Valor destinado a reserva orçamentária para gasto com peças, estimado por meio do valor das peças de cada equipamento. Esse item será fictício, não será objeto de disputa.
- c) 3º e último item para aferir o maior desconto a ser aplicado na aquisição das peças.

Para a DAV, especificamente, a quantidade estimada para o serviço de manutenção de máquinas e fornecimento de peças está discriminada nas tabelas anexas a este ETP. Os valores foram definidos com base nos custos de manutenção dos equipamentos ao longo do ano de 2024, conforme o histórico registrado, no ANEXO I que contém informações sobre a manutenção das máquinas/equipamentos.

É importante destacar que o item da Escola de Veterinária, soprador Buffalo, é um equipamento relativamente novo, com o prazo de garantia expirado e que, ainda não passou por nenhum problema técnico relacionado a seu funcionamento. Por essa razão, não há consumo histórico próprio para embasar a estimativa exata das horas de manutenção e consumo demandado com peças. Logo, optou-se por utilizar a mesma estimativa do equipamento da Divisão de áreas verdes.

Contudo, cabe esclarecer que o quantitativo inicial é uma mera estimativa, uma vez que as necessidades por esse serviço são impactadas por fatores diversos como: desgaste de peças, manutenções, acidentes frequentes, dentre outras.

Assim, diante da impossibilidade de definir com precisão o quantitativo de cada item, optou-se pelo Sistema de Registro de Preço, que permite à Administração Pública realizar compras conforme a demanda, sem a necessidade de determinar com exatidão a quantidade de bens a ser adquirida no momento da licitação. Esse formato, garante maior flexibilidade e adequação às variações da demanda.

Dessa forma, os quantitativos estimados de cada item constam da planilha de Itens, anexa a esse estudo.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 125.208,00

9.1 A pesquisa de preços para definir o valor estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

9.2 A pesquisa de preços para definir o valor estimado da licitação e o percentual mínimo de desconto a ser aplicado pelos licitantes foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021. Destaca-se que, apesar de o Painel de Preços possuir registros de contratações similares, a manutenção de máquinas agrícolas é um objeto que abrange uma ampla variedade de equipamentos, desde cortadores de grama até tratores de grande porte.

9.3 Considerando essa diversidade, e o grau de especificidade técnica envolvido, optou-se pela realização de pesquisa direta com fornecedores, e utilização da ata de registro de preços da UFMG da contratação anterior, a fim de obter valores mais condizentes com a realidade do mercado local e com as características dos serviços demandados pela UFMG.

9.4 Justifica-se, portanto, a não utilização dos parâmetros I (contratações similares extraídas de registros de preços, atas vigentes ou contratações diretas) e II (pesquisa em bases de dados governamentais), uma vez que as informações disponíveis nesses meios não contemplam, de forma adequada e atualizada, a diversidade e complexidade dos serviços de manutenção de diferentes tipos de máquinas agrícolas. Além disso, as contratações disponíveis nos referidos parâmetros referem-se, em sua maioria, a objetos diferentes, genéricos ou que não apresentam o nível de detalhamento técnico necessário para assegurar a confiabilidade do valor estimado.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala. O objetivo é proporcionar a ampla participação de licitantes que, embora não tenham capacidade para executar o objeto integralmente, possam atender a itens ou unidades autônomas.

Em que pese a licitação por itens seja a regra, o agrupamento pretendido possui respaldo na legislação vigente. De acordo com §3º, inciso I, do art. 40 da Lei 14.133/2021 o parcelamento não será aplicado quando: a economia de escala, a redução de custos na gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendarem a aquisição do item de um único fornecedor. Ademais, o parágrafo 1º estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica e o custo de se firmar vários contratos, em comparação com as vantagens da redução de custos, que a divisão da solução em itens poderia proporcionar.

Da análise dos dispositivos optou-se pelo parcelamento parcial da solução, tendo em vista que os itens que compõem essa prestação de serviços são dependentes entre si. Destaco que para operacionalizar o objeto que pretende-se licitar, manutenção de máquinas agrícolas, foi necessário separar por equipamentos, marca e modelo. Logo, cada grupo deverá abranger três itens distintos, sendo eles:

- Manutenção dos equipamentos (preventiva e corretiva), cuja unidade de medida será horas trabalhadas e critério de julgamento menor preço.
- Peças, cuja unidade de medida será unidade, com valor fictício para aferição da melhor proposta pelo critério do maior desconto.
- Reserva orçamentária, cujo critério de julgamento será o menor preço, destinada ao custo das peças. Esse item não será disputável.

Tendo em vista que cada equipamento possui considerável número de peças, e é impossível precisar cada uma delas para fins de empenhamento, os itens destinados a reserva orçamentária foram incluídos para operacionalizar a aquisição das peças pelo critério do maior desconto.

Além do mais, os itens em questão exigem padrão de qualidade e desempenho que a fragmentação destes não iria proporcionar. Além disso, a operacionalização de fiscalização e gestão contratual ficaria excessivamente onerosa, considerando a quantidade de itens que a solução compreende.

Para os serviços ora demandados, a segregação implicaria em uma gestão mais complexa e impossível do ponto de vista organizacional, por demandar uma coordenação minuciosamente alinhada entre as prestadoras de serviços, além de uma fiscalização setorial mais intensa e, conseqüentemente, dispendiosa, o que contraria o princípio da eficiência. Além disso, essa execução exige uma operacionalização padronizada, tanto no fornecimento de materiais, quanto no desempenho das atividades. O fracionamento dos serviços em itens, portanto, comprometeria essa padronização.

Nesse quesito, vale lembrar que a UFMG conta com 42 unidades pagadoras, detentoras de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Sob essa estrutura, os empenhamentos e os pedidos de material/serviços ocorrem de forma descentralizada, conforme a conveniência e oportunidade de cada UG. Sendo assim, o parcelamento do objeto em itens de baixo valor poderá inviabilizar as entregas pelos fornecedores, já que, a depender da quantidade empenhada, os custos de logística podem superar os preços dos produtos.

Conforme abordado, a formação dos grupos foi cuidadosamente elaborada com base na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, aqueles que são fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividade. Essa abordagem visa manter a competitividade no certame, sem prejudicar os potenciais interessados em participar da licitação.

Logo, o objeto desta contratação contemplará 30 (trinta) itens divididos estrategicamente em 10 (dez) grupos. Cada grupo contemplará 3 (três) itens, sendo eles: serviços de manutenção preventiva e corretiva, peças diversas para o maquinário e 1 (um) item fictício, destinado a reserva orçamentária. A estratégia adotada tem o intuito de promover eficiência, economicidade e melhor gestão dos recursos públicos. Essa medida está alinhada aos princípios da Administração Pública, assegurando o atendimento adequado às necessidades da UFMG.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si. Já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para plena satisfação da necessidade da Administração.

11.2 Portanto, após a verificação dos itens a serem contratados, não foram identificadas contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa contratação está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) da UFMG, no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG (PDI) e está registrada no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) 2026, conforme DFD's (doc.sei 4921479)

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Reduzir os custos gerais de manutenção dos equipamentos, economizando recursos públicos pela maximização da utilização dos equipamentos;
- Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;
- Simplificação do processo de contratação pública, que ficará restrito a um número limitado de opções de itens, mas com especificações técnicas robustas e que tende à demanda de bens comuns das diversas unidades participantes;
- Eficácia no atendimento das necessidades relacionadas ao fornecimento dos materiais que foram cadastrados no PAC 2025 pelas unidades participantes deste certame;
- Diminuir a depreciação dos equipamentos através de manutenções periódicas preventivas e corretivas, prolongando sua vida útil e reduzindo a necessidade de substituição;
- Melhorar a fiscalização e o acompanhamento dos serviços realizados, garantindo os prazos de execução;
- Assegurar a disponibilidade de um número mínimo de máquinas operacionais em todas as estações do ano;
- Manter a constância na manutenção das áreas verdes da UFMG, preservando as condições paisagísticas dos Campi, contribuindo para a segurança da comunidade universitária e a conservação do patrimônio físico e ambiental da Universidade;
- A contratação evitará a interrupção de atividades operacionais que são essenciais, como poda de árvores, limpeza de arruamentos e calçadas, conservação de gramados, manutenção de aceiros, dentre outros;
- As manutenções no maquinário prolongam a sua durabilidade, ajudando na sua conservação e, assim, reduzindo a necessidade de investimentos em novas aquisições.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Para essa contratação, observa-se a necessidade de providências no sentido de garantir o acompanhamento dos atos das entregas e análise dos produtos quando do seu recebimento provisório, de forma a confirmar as especificações, qualidade da marca, condições de embalagem entre outros.

14.2 A Administração deverá manter quadro de servidores com competência adequada a exercer os vários papéis na gestão e fiscalização desta contratação, evitando-se que aspectos sobre os quais não detêm competência sejam negligenciados, acarretando não detecção de descumprimento de partes de avença com consequências.

14.3 A autoridade competente designará formalmente os representantes da organização que atuarão no recebimento provisório e definitivo dos itens, assim como os seus eventuais substitutos.

14.4 O representante da Administração que for nomeado para atuar na fiscalização que não detenha competências para tal deverá notificar formalmente a autoridade que o nomeou sobre a necessidade de capacitação.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Impactos ambientais são alterações no ambiente causadas pelas ações humanas e podem ser considerados positivos ou negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no ambiente. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

15.2 Para a referida contratação identificou-se que a prestação de serviços pode ocasionar impactos ambientais negativos, tais como poluição do solo, água, mares e rios, se a contratada não observar o correto descarte de resíduos. Logo, deverá ser adotado, no que couber, os requisitos de sustentabilidade inseridos no item 4.

15.3 Ao considerar critérios ambientais nas contratações, a Administração Pública contribui para a redução dos impactos ambientais, promovendo práticas de produção e consumo mais sustentáveis. Isso inclui a escolha de produtos e serviços com menor impacto sobre os recursos naturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população. Nesse sentido, a licitante deverá atender aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade ambiental já abordados no tópico 4 deste ETP.

15.4 No que diz respeito às obrigações do solicitante:

- I. Optar por fornecedores que adotem práticas ambientais responsáveis e que possuam certificações ambientais;
- II. Realizar um planejamento adequado para aquisição somente da quantidade necessária de materiais para evitar excessos e desperdícios;
- III. Adotar tecnologias e processos que reduzam a geração de resíduos.

15.5 No que tange a impactos ambientais posteriores à contratação:

- I. As unidades devem seguir as Normativas Ambientais para Gerenciamento de Resíduos aplicáveis no âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais;
- II. Oferecer treinamento contínuo, para todos os servidores e demais colaboradores envolvidos, sobre o manejo seguro de materiais químicos e práticas de descarte ambientalmente corretas;
- III. Realizar auditorias periódicas para avaliar a conformidade com as práticas sustentáveis e identificar áreas de melhoria;

15.6 Quanto às instruções para coleta seletiva na UFMG, o Departamento de Gestão Ambiental (DGA), disponibilizou o Guia da Coleta Seletiva Solidária, conforme link abaixo: <https://www.ufmg.br/sustentabilidade/gestao/ambiental/>

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação encontra respaldo nas respectivas legislações, de modo que o planejamento e estudos técnicos previamente realizados amparam a Administração no que tange à qualidade e à viabilidade da futura contratação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Declaro a presente contratação viável.

Documento assinado digitalmente
gov.br VANDERLEI AUGUSTO DA SILVA
Data: 04/02/2026 16:16:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

VANDERLEI AUGUSTO DA SILVA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Declaro a presente contratação viável.

RAFAEL SANCHES PACHECO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 03/02/2026 às 08:26:53.

Despacho: Declaro a presente contratação viável.

KENIA MARIA DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

Kenia Maria de

Oliveira:07677679692

Assinado de forma digital por Kenia
Maria de Oliveira:07677679692
Dados: 2026.02.03 10:33:20 -03'00'

ANEXO I ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS - QUANTITATIVOS E PREÇOS ESTIMADOS

Grupo 1 - Roçadeiras Stihl						
Item	CATMAT	Especificação	Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
1	315129	Peças diversas - ITEM NÃO DISPUTÁVEL - Reserva orçamentária para despesa com peças.	unid.	41.128	R\$ 1,00	R\$ 41.128,00
2	20109	Roçadeiras Stihl - Serviço de manutenção preventiva e corretiva.	Horas	186	R\$ 70,00	R\$ 13.020,00
3	315129	Peças diversas - Maior percentual de desconto a ser praticado sobre o preço das peças.	unid.%	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Valor Total estimado grupo						
**Para o item 3 o percentual mínimo de desconto será de 3,83% , sendo portanto, o valor total máximo do item 3 será: R\$ 96,17						R\$ 54.148,00

Grupo 2 - Roçadeiras Nakashi						
Item	CATMAT	Especificação	Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
4	606342	Peças diversas - ITEM NÃO DISPUTÁVEL - Reserva orçamentária para despesa com peças.	unid.	2.112	R\$ 1,00	R\$ 2.112,00
5	20109	Roçadeiras Nakashi - Serviço de manutenção preventiva e corretiva.	Horas	9	R\$ 70,00	R\$ 630,00
6	606342	Peças diversas - Maior percentual de desconto a ser praticado sobre o preço das peças.	unid.%	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Valor Total estimado grupo						
**Para o item 6 o percentual mínimo de desconto será de 9,75% , sendo portanto, o valor total máximo do item: R\$ 90,25						R\$ 2.742,00

Grupo 3 - Roçadeiras Beaver						
Item	CATMAT	Especificação	Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
7	223014	Peças diversas - ITEM NÃO DISPUTÁVEL - Reserva orçamentária para despesa com peças.	unid.	975	R\$ 1,00	R\$ 975,00
8	20109	Roçadeiras Beaver - Serviço de manutenção preventiva e corretiva.	Horas	4	R\$ 70,00	R\$ 280,00
9	223014	Peças diversas - Maior percentual de desconto a ser praticado sobre o preço das peças.	unid.%	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Valor Total estimado grupo						
**Para o item 9 o percentual mínimo de desconto será de 4% , sendo portanto, o valor total máximo do item: R\$ 96,00						R\$ 1.255,00

Grupo 4 - Motosserras Stihl						
Item	CATMAT	Especificação	Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
10	486102	Peças diversas - ITEM NÃO DISPUTÁVEL - Reserva orçamentária para despesa com peças.	unid.	12.381	R\$ 1,00	R\$ 12.381,00
11	20109	Motosserras Stihl - Serviço de manutenção preventiva e corretiva	Horas	43	R\$ 70,00	R\$ 3.010,00
12	486102	Peças diversas - Maior percentual de desconto a ser praticado sobre o preço das peças.	unid.%	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Valor Total estimado grupo						
**Para o item 12 o percentual mínimo de desconto será de 6,17% , sendo portanto, o valor total máximo do item: R\$ 93,83						R\$ 15.391,00

Grupo 5 - Motosserras Husqvarna						
Item	CATMAT	Especificação	Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
13	600864	Peças diversas - ITEM NÃO DISPUTÁVEL - Reserva orçamentária para despesa com peças.	unid.	14.789	R\$ 1,00	R\$ 14.789,00
14	20109	Motosserras Husqvarna - Serviço de manutenção preventiva e corretiva.	Horas	46	R\$ 70,00	R\$ 3.220,00
15	600864	Peças diversas - Maior percentual de desconto a ser praticado sobre o preço das peças.	unid.%	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Valor Total estimado grupo						
**Para o item 15 o percentual mínimo de desconto será de 1,52% , sendo portanto, o valor total máximo do item: R\$ 98,48						R\$ 18.009,00

Grupo 6 - Motopodadeiras Stihl HT75						
Item	CATMAT	Especificação	Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
16	626186	Peças diversas - ITEM NÃO DISPUTÁVEL - Reserva orçamentária para despesa com peças.	unid.	4.310	R\$ 1,00	R\$ 4.310,00
17	20109	Motopodadeiras Stihl HT75 - Serviço de manutenção preventiva e corretiva.	Horas	20	R\$ 70,00	R\$ 1.400,00
18	626186	Peças diversas - Maior percentual de desconto a ser praticado sobre o preço das peças.	unid.%	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Valor Total estimado grupo						
**Para o item 18 o percentual mínimo de desconto será de 7,33% , sendo portanto, o valor total máximo do item: R\$ 92,67						R\$ 5.710,00

Grupo 10 - Soprador Stihl - BG 86 / Buffalo BFG 600 2T						
Item	CATMAT	Especificação	Unid.	Quant.	Vr. Unit.	Vr. Total
28	453350	Peças diversas - ITEM NÃO DISPUTÁVEL - Reserva orçamentária para despesa com peças.	unid.	2.944	R\$ 1,00	R\$ 2.944,00
29	20109	Soprador Soprador Stihl - BG 86 / Buffalo BFG 600 2T- Serviço de manutenção preventiva e corretiva.	Horas	2	R\$ 70,00	R\$ 140,00
30	453350	Peças diversas - Maior percentual de desconto a ser praticado sobre o preço das peças.	unid. %	1	R\$ 100,00	R\$ 100,00
Valor Total estimado grupo						
**Para o item 30 o percentual mínimo de desconto será de 3,83% , sendo portanto, o valor total máximo do item: R\$ 96,17						R\$ 3.084,00
Valor total da contratação						R\$ 125.208,00

ANEXO II

Termo de Garantia

A empresa....., inscrita no CNPJ sob o número....., doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por....., (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF n.º....., resolve firmar o presente Termo de Garantia. Fundamento legal: Lei 8.666/93 c/c Art. 50 e Parágrafo Único da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

1. OBJETO

Item	Especificação	Marca / Fabricante	Modelo

2. ESCOPO DA GARANTIA

2.1. No período de garantia, a assistência técnica, para conserto ou reparo, deverá ser prestada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da comunicação da UFMG, no local de instalação do(s) bem(ns) ou na oficina técnica, quando o conserto assim o exigir; nessa última hipótese, o transporte será por conta e ônus do fornecedor.

2.2. Durante o prazo de garantia, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante, a própria Contratada, às suas expensas, está obrigada a atender às solicitações da Contratante, de acordo com os prazos estabelecidos neste Termo de Garantia.

2.3. A substituição de equipamentos, consumíveis, peças, componentes e acessórios defeituosos, em qualquer caso, deverá ser feita por item equivalente, assim considerado aquele que apresentar características técnicas iguais ou superiores aos substituídos.

2.3.1. As peças e/ou componentes de substituição devem ser novos, não sendo aceitos itens reconicionados.

3. METODOLOGIA DE UTILIZAÇÃO DA GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS

3.1. A assistência técnica da garantia será realizada, pela Contratada ou suas autorizadas, a pedido da Contratante, em dias úteis das 08:00h às 16:00h.

3.2. Todas as solicitações feitas pela Contratante deverão ser registradas pela Contratada em sistema informatizado e/ou manual para acompanhamento e controle da execução do objeto.

3.3. Havendo necessidade, deverá ser realizada a troca do(s) bem(ns) ou do(s) componente(s) defeituoso(s), no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da comunicação da UFMG, por conta e ônus do fornecedor.

3.3.1. Entende-se por término do atendimento a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde estiver instalado, condicionado à aprovação do Contratante, por meio do setor competente.

3.4. Quando a garantia for do fabricante, o reparo deverá ser prestado em oficina técnica autorizada, sendo o transporte por conta e ônus do fornecedor.

3.4.1. A devolução de qualquer equipamento retirado para reparo deverá ser comunicada por escrito à UFMG.

3.5. Todo o suporte para a retificação do objeto deverá ser prestado pela Contratada sem ônus para a Contratante.

3.6. Correrá por conta exclusiva do fornecedor a responsabilidade pelo deslocamento do pessoal necessário, bem como pela retirada e entrega do mesmo e todas as despesas de transporte e frete correspondentes.

Belo Horizonte, ____ de _____ de 2025.

Representante da Contratada: _____